ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO OCTOGÉSIMO SEXTO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA/RR, REALIZADA NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL – PARA TRATAR SOBRE A PEC 287.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e dezessete, no Plenário **"Estácio Pereira de Mello",** sito na Avenida Ene Garcez, número novecentos e noventa e dois, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, realizou-se a **Audiência Pública** do Primeiro Período Legislativo de dois mil e dezessete da Décima Segunda Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista sob a Presidência do senhor Vereador **JÚLIO CÉZAR MEDEIROS LIMA,** o qual fez constar a presença dos seguintes Vereadores: **Aderval da Rocha Ferreira Filho, Eduardo Jorge Silva Rocha, Genival Ferreira Lima, Idazio Chagas de Lima, Ítalo Otávio Teixeira Pinto, José Francisco Lopes de Albuquerque, Linoberg Barbosa de Almeida, Magnólia de Sousa Monteiro Rocha, Manoel Neves de Macedo, Mirian dos Reis Melo, Nilvan Sousa dos Santos, Renato Andrade Queiroz, Rondinele de Sousa Oliveira, Wagner Silva Feitosa e Zélio dos Santos Mota.** Em ato continuo o senhor Presidente, em nome de Deus, abriu espaço para a realização da Audiência Pública. **Mestre de Cerimônia (Fábio Gladson Rodrigues da Silva): "**este cerimonial dá início à audiência pública para debater a respeito da PEC 287, conforme Requerimento Nº 012/2017, de autoria dos Vereadores Genival da Enfermagem e Ítalo Otávio". Convidou para compor a Mesa dos Trabalhos: **Abel Salvador Mesquita Júnior** – Deputado Federal, **Carlos Augusto Andrade Silva** - Deputado Federal**, Maria Alves da Silva** - Representante/CUT, **Lucinalda dos Santos Coelho** - Representante CTB/Roraima**, Maria do Rosário Alves Coelho** - Representante da OAB**,** Vereador **Ítalo Otávio Teixeira Pinto,** Vereador **Genival Ferreira Lima, José Carlos de Oliveira Gibim** - Representante do SINDSEP/RR, **Josias Neves Ribeiro** - Presidente do Conselho Regional de Enfermagem, **Antônia Pedrosa Vieira** - Representante da Frente Sindical Popular, **Alan Kardec Jakson** – Fala Técnica. Continuou convidando as seguintes autoridades: **Leonel Pereira** - Representante da PESPEM, Professor **Flávio** – Presidente do SINTER, **Renato Carvalho** - Representante da SINPORFER, **Melquisedeque Menezes** - Representante da Saúde. Em seguida, o Senhor Presidente **Júlio Cézar Medeiros Lima,** passou a palavra para os autores do Requerimento Nº 012/2017, para darem prosseguimento aos trabalhos. Presidente - **Genival Ferreira Lima** - cumprimentou todos os presentes, e disse que por ser profissional da saúde e por ter sido enviado por essa categoria é que tanto queria uma voz nesse parlamento, por isso, juntamente com o Vereador Ítalo Otávio, elaborou esse requerimento que foi aprovado por todos os Edis, que entenderam que este assunto iria

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

tratar diretamente da vida de cada servidor público do Brasil, do Estado de Roraima e em especial da enfermagem. Em ato continuo convidou para fazer a leitura do Requerimento Nº 012/2017, o Vereador **Ítalo Otávio Teixeira Pinto – "**os vereadores que estes subscrevem, através deste requerimento, solicitam à Mesa Diretora, uma vez ouvido o douto plenário nos termos do Artigo 110 inciso X do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja realizada uma Audiência Pública no dia vinte e quatro de março de dois mil e dezessete, para tratar sobre a PEC 287". Logo após, o Presidente **Genival Ferreira Lima** conduziu todo o trabalho da Audiência Pública, convidando as autoridades e os representantes de entidades civis para se pronunciarem, estipulando um tempo para cada orador. (cinco minutos). Fala Técnica **Alan Kardec Jakson -** saudou todos os presentes, dizendo que esta Casa Legislativa tem que participar ativamente de todo esse processo, para que possa esclarecer à sociedade sobre as mudanças que ocorrem a nível nacional, estadual e municipal. Frisou que, a referida Proposta de Emenda à Constituição Brasileira, afeta diretamente todos os entes da federação, incluindo os servidores públicos, iniciativa privada, estudantes, pescadores, extrativistas, enfim, todos os trabalhadores do Brasil; que o Governo Federal ao propor a Emenda Constitucional 287/16, encaminhada ao Congresso Nacional no dia cinco de dezembro de dois mil e dezesseis, usou a justificativa de que a previdência brasileira, ela é deficitária, a população brasileira está envelhecida, e a taxa de fecundidade diminuiu no Brasil, e com isso, a população vive mais. Por esse motivo, a Proposta de Emenda Constitucional da reforma da previdência teria que ser aprovada a toque de caixa ainda antes do natal. Diante do exposto, houve mobilização dos trabalhadores em todo o Brasil, caracterizando a maior, no dia quinze de março do corrente ano. Disse que Roraima é contra essa proposta; que isso foi provado mediante a mobilização de milhares de pessoas que foram às ruas neste dia. Falou que essa PEC afeta a todos os trabalhadores. Argumentou sobre dois fatos técnicos, contra o argumento do Governo Federal: a idade do povo brasileiro de fato aumentou, mas o Governo Federal usou como base geral, os dados do IBGE, pois a média de vida do povo brasileiro é de setenta e quatro ponto três anos; que ele alega que a população está envelhecida, portanto, deve trabalhar até setenta e cinco anos. Nessa tese em que ele aumenta a idade compulsória de setenta e cinco anos de idade, ele não leva em consideração que o Brasil possui desigualdades regionais, e nós temos especificamente nas regiões norte e nordeste, nas zonas periféricas dos grandes centros, idosos que não chegam a sessenta e cinco anos de idade. O governo esta comparando o Brasil com o Japão, onde a média de idade hoje é de oitenta e quatro ponto cinco anos, ou compara o Brasil com países como Dinamarca, Suécia, Irlanda, países que passaram por um histórico de desenvolvimento totalmente diferente do nosso. O Governo Federal alega que há déficit previdenciário, mas esquece de que a previdência social faz parte da seguridade social, e quem financia não são apenas os trabalhadores, mas o orçamento da União, dos Estados e Municípios, por toda a sociedade,

PIS, PASEP e outros. Somando todas essas receitas foram constatadas no site do próprio Governo Federal, através do SIAFE, que a previdência vem tendo receita positiva, nos últimos cinco anos, porque a seguridade social teve mais de trezentos bilhões de reais de receita positiva e por outro lado, o governo, no mesmo mês de dezembro, na calada da noite, sem a população saber, aumentou a retirada de recurso da previdência, que desde mil novecentos e noventa e quatro é retirada vinte por cento de taxas, impostos e contribuições sociais e, grande parte, setenta por cento, é da seguridade social; que esse percentual era de vinte por cento. Sem a população brasileira saber, ele aumentou esse percentual para trinta por cento, em quinze de dezembro do ano passado. A expectativa do Governo Federal é retirar cento e quarenta bilhões de reais da previdência do exercício de dois mil e dezessete. O Governo Federal, quando ele diz que a previdência é deficitária, ele está levando a população brasileira para outro entendimento, para que seja aprovada a qualquer custo essa reforma que é tão danosa aos trabalhadores; que o primeiro ponto a destacar é a idade que o governo hoje estabelece. Com condições brasileiras, hoje ela não estabelece idade mínima para aposentadoria. O Governo Federal pela primeira vez na História do Brasil quer estabelecer uma idade mínima de sessenta e cinco anos. Mas para o cidadão se aposentar com sessenta e cinco anos terá que ter no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição. Hoje esse tempo mínimo é de quinze anos. Perguntou a todos os presentes na Audiência Pública, quem é do setor privado que consegue ficar vinte e cinco anos trabalhando, visto que nesse setor específico, há desemprego, ou seja, ele trabalha um ano e fica dois meses desempregado, e não consegue se aposentar. O outro problema é que a PEC irá acabar definitivamente com a aposentadoria especial de professores, policiais e de profissionais da saúde. Afirmou que o governo quer que esses trabalhadores contribuam por quarenta e nove anos, o tempo mínimo para contribuição para que se tenha direito à integralidade da média das contribuições contadas a partir de noventa e quatro. A média é de quarenta e nove anos de contribuição; que o governo estabelece que a partir da promulgação desta PEC não será mais permitido acumular pensão com aposentadoria, então, com esse ato, o governo irá cortar a renda das pessoas, pela metade, no período em que elas mais necessitam de receita, visto que a seguridade social como o próprio nome está estabelecendo, é um seguro de vida que tem por finalidade atender a pessoa na idade avançada, incapacitada para o trabalho, quando não terão mais condições de se manterem, pela incapacidade de desenvolverem suas atividades trabalhistas. Outro agravante muito sério é contra a juventude brasileira, pois, hoje para um jovem se aposentar com sessenta e cinco anos, ele tem que ingressar no mercado de trabalho, aos dezesseis anos, que somados aos quarenta e nove, darão sessenta e cinco anos de idade, isso se ele não ficar nenhum dia sem trabalhar, ou seja, o governo está desestimulando os estudantes brasileiros a se qualificarem, a fazerem uma faculdade, uma pós – graduação, um mestrado, porque se ele entrar no mercado de trabalho com trinta anos, com setenta e nove anos de idade, ele já

vai está morto. Finalizou dizendo que essa é uma proposta que desestimula os trabalhadores; que é uma atrocidade o que estão cometendo contra os trabalhadores rurais, e é um genocídio contra os pescadores. Agradeceu. Vereador **Ítalo Otávio Teixeira Pinto** - agradeceu a presença de todos e a fala técnica do orador que lhe antecedeu. Esclareceu que mesmo antes de os trabalhos legislativos iniciarem já haviam feito mais de cem indicações, inclusive uma comitiva de vereadores encabeçada por ele foram até o lixão na saída da cidade, sentido Mucajaí, onde várias outras problemáticas foram por eles observadas, *in loco*. Disse que os vereadores são atuantes em suas funções, inclusive foi convidado pelo presidente do Sindicato dos Garçons e Trabalhadores de Bares, Hotéis e Similares do Estado de Roraima, senhor Eledilson Baia, para conversarem com o senhor Melquisedeque da Silva, sobre a PEC da previdência que tramita hoje na Casa Federal, em Brasília. Continuou dizendo que a Constituição Federal define em seu Artigo cento e noventa e quatro, que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos da sociedade destinado a assegurar os direitos à saúde, previdência e assistência social. No seu Artigo cento e noventa e cinco, prevê que a seguridade social deverá ser financiada por toda a sociedade e aponta algumas fontes de receitas para seu custeio: as contribuições sociais do empregador, do trabalhador, e dos demais assegurados da previdência, parte das receitas dos concursos promovidos pelas lotéricas e por fim pagas pelos importadores, e o ônus da seguridade social que deve ser repartido de forma justa entre todos, observando a diversidade da base de financiamento. No entanto, observa-se a princípio, que a regra definida na PEC onera apenas para os trabalhadores, dificultando seu acesso aos benefícios e aumentando o tempo de contribuição. Agradeceu. Deputado Federal **Abel Galinha** - disse que é contrário à PEC 287, e acredita que com o teor da matéria que a constitui, ela não será aprovada. Agradeceu. **Antônia Pedrosa** - esclareceu que tem como objetivo defender a aposentadoria do trabalhador e sua dignidade. Frisou entender que a PEC do jeito que está sendo proposta e, ainda que haja mudanças, continuará sendo maléfica, ou seja, não serve ao interesse do trabalhador brasileiro, muito menos ao trabalhador roraimense. Disse ser uma falácia do Presidente Michel Temer, frisar que irá retirar os trabalhadores municipais e estaduais, pois, para que isso acontecesse, ele teria que mexer na Constituição Federal, mais precisamente no seu Artigo quarenta. Solicitou aos deputados federais roraimenses que votem contrários à referida PEC. Questionou o motivo de essa reforma previdenciária não começar pelo congresso nacional. Declarou que essa PEC representará um povo mais miserável, e vivendo em extrema pobreza. Continuou dizendo que existem maneiras de arrecadar mais, sem retirar dos que ganham menos, que é taxando as grandes fortunas, e diminuindo as regalias dos parlamentares e judiciários. Falou que as mulheres serão as mais prejudicadas, porque não foi levada em consideração a jornada tripla de trabalho, ou seja, as mulheres trabalham mais que os homens e, a maioria está no mercado de trabalho informal, ganhando menos que

eles, dados estatísticos esses, totalmente comprovados. Agradeceu. **Maria Alves da Silva -** solicitou aos nobres deputados federais roraimenses que votem contra a PEC, e a favor dos trabalhadores para que continuem contando com os votos do povo roraimense nas próximas eleições. Agradeceu. Senhora **Lucinalda dos Santos -** disse que os trabalhadores não aceitam nenhum direito a menos, porque foram anos de lutas para conseguir. Garantiu que os sindicatos que estão filiados a CTB irão para as ruas para impedir a PEC. Continuou solicitando que a mesma seja destruída. Alertou aos ouvintes que as mulheres serão as mais penalizadas, uma vez que estão colocando mais dez anos de contribuição para elas, e as agricultoras rurais que começaram a trabalhar com doze, treze, quatorze anos serão muito prejudicadas, pois terão que completar sessenta e cinco anos de idade e vinte e cinco anos de contribuição para poder se aposentar. Se a perspectiva da trabalhadora roraimense é de sessenta e nove anos, jamais uma agricultora irá se aposentar. E para as professoras também será muito difícil, porque elas têm jornada de trabalho dupla e algumas vezes tripla, então a proposta de sessenta e cinco anos de idade e quarenta e nove anos de contribuição é absurda. Agradeceu. Senhor **Lourival -** disse que faz parte da Central Sindical, da categoria da Construção Civil de Roraima, que, segundo ele, é criminalizada pelos empresários de Roraima. Continuou falando que o Deputado Federal Abel Galinha votou favorável à terceirização. Parabenizou os frentistas que trabalham para esse deputado embora ele tenha votado contra os trabalhadores. Declarou que recebe denúncias dos frentistas de que quando um posto de gasolina é assaltado quem paga o prejuízo é o frentista assaltado e isso é um absurdo. Falou que os trabalhadores da iniciativa privada não terão condições de trabalhar até os sessenta anos de idade e contribuir com um tempo mínimo de vinte e cinco anos. Agradeceu. **Leonel Pereira** - disse que o povo não é culpado dos desmandos do governo, que abandonou os prédios públicos para alugar prédios particulares com custos muitos altos, dando prejuízos para a nação; que são os bancos oficiais e não oficiais que estão dando prejuízos. Declarou que os pescadores jamais terão condições de trabalhar durante todos esses anos estipulados pela PEC. Agradeceu. Senhor Professor **Flávio -** falou que no segmento educação de servidores estaduais, já se conta com mais de oitocentos professores readaptados, e são servidores que não chegaram aos vinte e cinco anos de carreira e já se encontram acometidos de doenças da profissão. Doenças essas, que os parlamentares de Roraima e do país como um todo, se quer procuram regulamentar como doença da profissão. Declarou que o professor não pode se aposentar por doença da garganta, porque não é uma doença da profissão nem pode se aposentar pela Lesão de Esforço Repetitivo ao ter que passar horas e horas num quadro branco, enfim, são muitas as doenças que acometem o trabalhador em educação. Frisou que os parlamentares de Roraima e do país se debruçam sobre uma forma de tentar precarizar mais ainda a relação de trabalho, com a PEC 287; que Isso é uma afronta às famílias que educam seus filhos; que os professores de Roraima não podem aceitar essa

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

situação. Repudiou a forma de pensar dos parlamentares brasileiros. Agradeceu. **Renato Carvalho -** falou que a PEC prejudica todos os trabalhadores da segurança pública, pois retira da Constituição Federal o Artigo quarenta, parágrafo quarto, que estabelece a atividade de risco da categoria. Destacou que atualmente o regime de previdência é regido pela Lei Complementar cinquenta e um, tanto da esfera civil como da federal. Declarou que reputa de forma veemente a PEC 287, pois a sociedade brasileira não pode ter a seu serviço uma polícia com a maior parte do seu quadro formado por policiais envelhecidos, cuja falta de rigidez física e emocional, colocaria em risco, não somente a própria integridade do servidor, mas comprometeria a efetividade da prestação de serviço da segurança pública; que desconsiderar a aposentadoria policial revela o desrespeito, a desvalorização e o desconhecimento do governo com relação às peculiaridades que envolvem o exercício da função policial, por isso, a segurança do país está um caos. Agradeceu. Senhor **Melquisedeque -** disse que a reforma da previdência que prevê uma contribuição de quarenta e nove anos, é um crime contra o cidadão que não tem informação. Falar da saúde brasileira nesse momento convém dizer que está sucateada, degradada, então por esta razão e por um ato de cidadania conclama pelo fim desta PEC. Agradeceu. **Josias Neves -** disse que o profissional da enfermagem trabalha diuturnamente em todas as instituições de saúde nos mais longínquos municípios desse Estado e que se submete a trabalhar com as condições que lá estão, ou seja, em condições precárias, sem material de higiene, sem medicamentos, em um espaço físico deplorável, dentre outros absurdos. Solicitou que seja feita uma Moção de Repúdio à PEC 287. Agradeceu. **José Carlos Oliveira -** solicitou aos parlamentares roraimenses que votem contrários à PEC 287. Agradeceu. Senhora **Maria do Rosário -** falou que a Organização Brasileira dos Advogados, estará vigilante onde estiverem os direitos violados, e jamais se calará frente aos desmandos trazidos pelo governo federal. Afirmou que essa PEC fere de morte, direitos conquistados a muitos pelos trabalhadores; que foram muitos anos de lutas para se conseguir o direito à aposentadoria, por isso, não se deve deixar esse retrocesso acontecer. Acrescentou que os políticos brasileiros desviam verbas de todos os lados e querem tirar o prejuízo do terceiro setor, ou seja, dos trabalhadores, tornando-se uma prática em todos os regimes ora vividos neste país; que a Previdência do trabalhador é descontada automaticamente no seu contra cheque, caracterizando que não se deve nada. Agradeceu. Deputado Federal **Carlos Andrade -** falou que seu posicionamento em relação ao assunto em questão será contrário, apesar de o perfil etário do brasileiro indicar que se está vivendo mais, segundo os dados do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico. Frisou que há má gestão da previdência; que isso é identificado quando o trabalhador que contribui paga à custa dos beneficiários que deveriam receber certo benefício por dois anos e passam a receber por cinco anos, caracterizando o pagamento irregular, sem autorização. Agradeceu. Neste momento, o senhor Melquisedeque fez a entrega ao Deputado Federal Carlos Andrade de uma carta

constituída pela Frente Sindical Popular Roraima, para que seja encaminhada ao Congresso Nacional. Vereador **Manoel Neves** agradeceu a presenças de todos os participantes, e seguiu dizendo que foram de grande valia, todas as informações repassadas; que acredita que sairá como resultado dessa audiência pública, informações precisas que serão encaminhadas aos deputados federais. Agradeceu. Vereador **Vavá do Thianguá** - solidarizou-se aos trabalhadores, dizendo ser contrário à PEC, pois é trabalhador e sua família também. Agradeceu. Vereador **Júlio Medeiros** - esclareceu que o debate irá possibilitar a aproximação de quem busca apoio com as autoridades competentes que representam o povo em Brasília, para que seja incorporado um sentimento único e contrário à PEC. Agradeceu. Vereadora **Mirian dos Reis** - disse que é contrária à PEC. Agradeceu. Vereador **Renato Queiroz** - esclareceu que é contra a PEC 287, na forma como está sendo apresentada. Disse que assinou o abaixo-assinado e que todos os trabalhadores do seu gabinete irão assinar bem como seus colegas vereadores também. Continuou dizendo que se em Brasília os deputados federais de Roraima votarem favoráveis, a PEC será aprovada, por isso, esse é o momento de procurar os deputados aos quais se confiou o voto, e pedir que votem contrários à PEC; que acredita que a reforma da previdência precisa ser estudada sim, mas de uma forma responsável que venha melhorar para o trabalhador. Agradeceu. Vereador **Nilvan Santos** - destacou que deve sim, haver uma reforma na previdência, mas não do jeito que está sendo proposta, por esta razão é totalmente contrário. Conclamou ao povo que entre em contato com os seus representantes em Brasília e cobre um posicionamento contrário à PEC. Agradeceu. Vereador **Albuquerque** - disse que o país tem sempre colocado a conta para ser paga por aquele que não tem condição de pagá-la e, infelizmente isso vem acontecendo ao longo do tempo da história brasileira, requerendo da sociedade pagar a conta sem mostrar quem é o ladrão; que acredita que há um caminho a seguir, ou seja, procurar saber quem destruiu a previdência social desse país e de que modo chegou a essa realidade atual e como será em um futuro bem próximo, então a proposta mais coerente seria o governo federal abrir a previdência social para o Congresso Nacional e para a Câmara Federal, para que se apurassem através de uma auditoria, de uma CPI, e realmente mostrasse quem efetivamente destruiu o direito daquele que já pagou bem como quem tá lesando a sociedade. Agradeceu. Vereador Professor **Linoberg** - declarou que faria seu pronunciamento como trabalhador de forma a corroborar com a fala da senhora Antônia Pedrosa, pois, ás vezes se confunde previdência com presidência. Continuou dizendo que a reforma da presidência da república deveria ter sido feita há muito tempo. Falou que o atual Presidente não tem legitimidade para ocupar o cargo; que o que tem que ser feito é justiça nesse país, ou seja, tem que ser julgado o mais rápido possível, para que o presidente e todos os seus esquemas, que fazem com que a sociedade brasileira perca tempo, com uma reforma injusta, ilegítima e que fazem com que mulheres nortistas e nordestinas, que comparadas com as mulheres sulistas, vivem menos e

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

trabalham muito mais, sejam efetivamente punidos. Solicitou ao Deputado Federal Carlos Andrade que represente o povo roraimense junto aos seus colegas em Brasília, e convença-os a votarem contra a PEC. Agradeceu. Vereadora Doutora **Magnólia -** disse que é contra a PEC 287, mas que serão os deputados federais que precisarão dizer não a ela. Solicitou aos colegas Edis que peguem algumas folhas do abaixo-assinado e levem para as pessoas assinarem, para que se consiga chegar a um número expressivo de assinaturas, e só assim conseguirão sensibilizar as autoridades competentes a dizerem não à PEC. Agradeceu. Vereador **Pastor Jorge -** recitou uma passagem bíblica, na qual Jesus diz: "conhecereis a verdade e a verdade vos libertará"; que isso significa dizer que quando não conhecemos a coisa, se vai segundo o que os outros dizem. Mas quando se conhece a fundo e vai buscar a verdade, obtém-se opinião própria. Repudiou a PEC 287. Disse que está se tratando de algumas empresas multinacionais, e que por motivo óbvio o governo deixa de cobrar o que lhe pertence cobrando dos trabalhadores em geral. Agradeceu. **Presidente** disse que este dia foi muito relevante a esta Augusta Casa, pois se debateu sobre um dos mais graves problemas que o Brasil enfrenta: a PEC 287. Agradeceu a presença de todas as pessoas presentes e disse que a audiência foi muito válida. Não havendo mais nada a tratar, o senhor **Presidente** declarou encerrada a presente Audiência Pública. Plenário "**Estácio Pereira de Mello**", Boa Vista/RR, vinte e quatro de março de dois mil e dezessete. XXXXXX.

Genival Ferreira Lima
Presidente